



Artigo recebido em: 08/01/2014

Artigo aceito em: 15/02/2014

A FILOSOFIA DO KOSMOS - DOS MITOS DA CRIAÇÃO A VISÃO FILOSÓFICO-CIENTÍFICA GREGA DO SÉCULO VI A.C.

Nicolas Theodoridis¹

Prof. Mestrando (PPGHC/UFRJ)

<http://lattes.cnpq.br/8329038544535649>

Resumo: O artigo procura elucidar a confluência de fatores que conjugados, propiciaram a mudança do pensamento mítico para a visão de mundo pautada na filosofia e na observação e tentativa de explicação deste mesmo mundo que cerceava o homem da época.

Palavras-chave: Mitologia, Filosofia, Grécia.

Abstract: The article seeks to elucidate the confluence of factors that conjugates enabled the change of mythic thought to the world vision guided in philosophy and observation and tentative explanation of this same world that undervalues the man of the time.

Keywords: Mythology, Philosophy, Greece.

¹ Nicolas Theodoridis é mestrando do programa de Pós-graduação em História Comparada – IH/UFRJ – Professor do Município de Teresópolis, colunista com artigos semanais no jornal “O Diário de Teresópolis” e com artigos mensais da Revista Amnésia. Participa do Comitê de apoio técnico da Revista de História Comparada-RHC além de expositor espírita. Email – n.theodoridis@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão pretende efetuar uma leitura da evolução do pensamento do homem frente às intempéries de sua existência. Inicialmente a abordagem dar-se-á frente ao pensamento mítico, que é entendido como a forma de explicação do real antes do surgimento do pensamento filosófico-científico, pois busca solucionar as questões do homem diante do mundo que o cerca. Contudo, Aranha e Martins minimizando a necessidade de explicar a realidade como a função primeira do pensamento mítico enfatiza outra função fundamental:

A função primordial do mito não é explicar a realidade, mas acomodar e tranquilizar o homem em um mundo assustador. (1986: 23)

A afirmação dá a entender que os primeiros modelos de construção do real são de natureza sobrenatural, sendo que as explanações para elucidação desse real obedecem à busca aos deuses. Nesse processo, o mito surge como verdade, uma compreensão intuitiva da realidade. As raízes do mito não se acham nas explicações exclusivamente racionais, mas na realidade vivida, portanto pré-reflexiva, conforme explicitado por Marcondes

O pensamento mítico consiste em uma forma pela qual um povo explica aspectos essenciais da realidade em que vive; a origem do mundo, o funcionamento da natureza e dos processos naturais e as origens deste povo, bem como seus valores básicos. (1997: 20)

Nas sociedades primitivas, tudo é sagrado e nada é natural. Segundo Mircea Eliade (1994: 143), uma das funções do mito é fixar os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas. Isso determina que todo real seja interpretado com base no mito, e, sendo a consciência mítica uma percepção de consciência comunitária, esse homem primitivo desempenha papéis que o distanciam do conhecimento de si como sujeito propriamente dito. Gusdorf fornece uma conclusão esclarecedora sobre o assunto:

A primeira consciência pessoal está, portanto, presa na massa comunitária e nela submergida. Mas esta consciência dependente e relativa não é uma ausência de consciência; é uma consciência em situação extrínseca e não intrínseca. A individualidade aparece então como um nó no tecido das relações sociais. E o eu se afirma pelos outros, isto é, ele não é pessoa, mas personagem. (1980: 102)

Na história da trajetória do homem primitivo, os mitos permearam o pensamento dos diferentes povos da Antiguidade – assírios e babilônios, chineses e indianos, egípcios, persas e hebreus -, todos tiveram visões próprias da natureza e

maneiras diversas de explicar os fenômenos e os processos naturais. As lendas e narrativas míticas não são produto de um autor ou autores, mas parte da tradição cultural e folclórica de cada povo. Sua origem cronológica é indeterminada, sendo forma de transmissão basicamente calcada na oralidade. A explicação dada pelo conhecimento mítico esbarra no inexplicável, na impossibilidade do conhecimento criando um paradoxo, pois, se existe uma tentativa de explicação da realidade e esta recorre ao sobrenatural e ao mistério, o entendimento deste mundo fica aquém da compreensão humana.

Dentro desse universo de tradições orais dos povos antigos, não nos será possível elucidar cada uma dessas visões, mas simplesmente, traçar uma perspectiva de como a forma de compreensão do homem passou do pensamento mítico para o filosófico-científico, abordando com isso o modelo de concepção da geometria cósmica proposta por várias filosofias, desde as orientais, chegando até os gregos antigos.

Quanto à religião, em todo curso de sua história, ela permanece indissolúvelmente ligada a elementos míticos e repassada deles. Cassirer afirma:

No desenvolvimento da cultura humana, não podemos fixar um ponto onde termina o mito e a religião começa. (1974: 143)

Na Grécia Antiga, os mitos gregos eram recolhidos pela tradição e transmitidos oralmente pelos aedos, que davam forma poética a esses relatos e os recitavam de cor para um público aristocrático. Num período compreendido entre os séculos XII a VII a.C., as narrativas heróicas relatadas nas epopéias, entre as quais resta apenas a *Ilíada* e a *Odisséia*, exploraram o imaginário do mundo grego, mostrando a constante intervenção dos deuses, às vezes no intuito de auxiliar a ação humana, outras vezes no intuito de prejudicá-la. Um embrião na tentativa de modificar a visão criacionista advinda dos deuses terá em Hesíodo, na *Teogonia*, por volta do final do século VIII início do século VII, uma obra que reflete ainda a preocupação com a crença dos mitos, mas numa perspectiva onde “a noção da virtude (*areté*) é filha do esforço e a de que o trabalho é o fundamento e a salvaguarda da justiça” (PRÉ-SOCRÁTICOS, 2000: 13)

A época arcaica, compreendida entre os séculos VII a VI a.C. irá marcar a vida social dos gregos, fazendo com que as relações entre os homens tomem uma forma nova. Entre essas novidades introduzidas podemos destacar que a escrita, a moeda, a lei e a *pólis*, culminarão no século VI com o aparecimento da figura do filósofo. O pensamento mítico, com isso, vai deixando de atender as necessidades

da nova organização social, mais preocupada com a realidade concreta, com a atividade política mais intensa e com as trocas comerciais. As mudanças, entretanto, não ficaram no âmbito social, podendo ser verificados no aspecto cultural. O teatro, por exemplo, com a tragédia, deixa de ser uma cerimônia, um ritual de caráter quase religioso, tornando-se uma cerimônia cívica, em que certas virtudes morais e políticas são exaltadas.

O transpor da consciência mítica para a racional aconteceu com os primeiros sábios, *sophós*, como se diz em grego. Pitágoras (séc. VI a.C.) foi o primeiro a utilizar a palavra filosofia (*philos-sophia*), que significa “amor à sabedoria”. Essa explicação nos remete ao entendimento de que em sua raiz etimológica, filosofia não é o puro logos, razão, mas sim a procura amorosa da verdade.

Os primeiros filósofos viveram no século VI a.C. e que, mais tarde foram classificados como pré-socráticos, devido à importância do pensamento socrático, e agrupados em escolas.

Uma das premissas do trabalho em questão será delinear as preocupações dos primeiros pensadores que levaram a elaborações de uma cosmologia, na medida em que procuravam a racionalidade do universo. Como tal, procuraram o princípio, a *arché*, não como início, o que antecede no tempo, mas como fundamento do ser. Podemos citar as multiplicidades de explicações para cada um; para Tales (considerado por Aristóteles o precursor da filosofia) foi à água; para Anaxímenes é o ar; para Demócrito é o átomo e assim são as diferentes formas de entendimento do elemento primordial.

O aspecto mais relevante na passagem do mito a razão é que há uma continuidade no uso comum de certas estruturas de explicação, mas, contudo existe uma ruptura quanto à atitude das pessoas diante de tal pensamento. O questionamento das explicações tornar-se-á o ponto de inflexão, pois no mito, a narrativa não permite questionamentos, enquanto que a filosofia problematiza, convidando à discussão.

Conforme delineado por Marcondes (2000: 22/ 24 a 27), as noções primordiais do pensamento filosófico-científico são; inicialmente a *physis*, física, onde o objeto de investigação dos primeiros filósofos é o mundo natural. Em segundo lugar a causalidade, onde explicar é relacionar um efeito a uma causa que o antecede e o determina. Este seria o nexos causal nos fenômenos naturais. A *arché*, ou o elemento primordial, conforme já explicitado mais acima. Outro ponto a considerar é o cosmos. Sua idéia básica é a de uma ordenação racional, dentro de

uma ordem hierárquica, em que certos elementos são mais básicos, e que se constitui de forma determinada, tendo a causalidade como lei principal. O *logos*, que em grego significa literalmente discurso, é fundamentalmente uma explicação, em que razões são dadas. O *logos*, portanto, é o discurso racional, argumentativo, em que as explicações são justificadas e estão sujeitas as críticas. Por fim, o caráter crítico, pois as teorias formuladas não o eram de forma dogmática, como verdades absolutas e sim passíveis de serem discutidas.

Portanto, tendo em vista essa mudança conceitual no modo de entendimento da realidade do mundo, inicialmente passando pela visão mítica e depois para o pensamento filosófico-científico, o presente trabalho estabelecerá uma visão do mundo antigo frente à criação do universo pelas tradições mais antigas com suas explanações cosmogônicas mitológicas e a transformação ocorrida na Grécia Antiga, tendo seu corte temporal especificado no século VI a.C., através das mudanças ocorridas no homem na época em questão e sua busca pelo entendimento do racional em detrimento do inexplicável.

DO MITO À RAZÃO

“A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo”
(Merleau-Ponty)

Numa visão já ultrapassada, o surgimento do pensamento filosófico-científico foi caracterizado como que devido a um “milagre” relativo à sua concepção na Grécia Antiga, mais precisamente no século VI a.C.. Hoje, através de um entendimento da reunião das condições que propiciaram o desencadeamento desta corrente, podemos retirar o véu sobrenatural do acontecimento e elucidar como se progrediu a maturação deste processo. Através de vários elementos reunidos e entremeados entre si, foi possível a gestação desse novo modo de encarar as realidades do cotidiano, sendo que foi nas colônias gregas, inicialmente na Jônia (metade sul da costa ocidental da Ásia Menor) e na Magna Grécia (sul da península itálica e Sicília) que tal desenvolvimento fosse mais evidentes. Somente após esta inicial manifestação de reformulação do pensamento é que acontece o deslocamento de vários pensadores para o continente, principalmente para Atenas, que se tornará pólo de atração e de referência, fazendo com que as novas

perspectivas de olhar o mundo sem o crivo do sobrenatural fossem perpetuadas até os dias atuais.

Um breve histórico

A Grécia na antiguidade constituía-se por um grande número de pequenas comunidades independentes, tanto no mar Mediterrâneo, desde a Jônia, na Ásia Menor, até o sul do que hoje é a Itália. Contudo, mesmo mediante esta dispersão, as comunidades mantinham certa unidade cultural, caracterizada por uma língua comum, formas de organização política que se assemelhavam e cultuavam as mesmas crenças religiosas. Podemos identificar que em grande parte, a dispersão dessas comunidades foi oriunda da busca de terras para cultivo, pois o terreno na Grécia Continental é muito íngreme e o solo pobre, mas também pelo choque entre dois povos que viram a constituir praticamente a cultura grega.

Inicialmente, vindos da Europa, os micênicos, ou aqueus, um povo culturalmente mais avançado, pois já dominava o uso do bronze, encontra na sua romagem, um povo mais atrasado que habitava a região e com isso, acabou prevalecendo como cultura dominante por volta do ano 2000 a.C.. A cidade de Micenas representará o grande pólo de pujança da civilização micênica. Nos contos homéricos, mais precisamente na Ilíada, pode-se constatar a importância da cidade na Guerra com Tróia.

O domínio exercido pelos micênicos sofrerá uma reviravolta, quando, por volta do século XII a. C., os dóricos, povo de vertente guerreira, já possuidora do manejo do ferro, invade a região forçando um deslocamento em massa. As terras que serviram de exílio para os micênicos serão justamente as localizadas na Jônia, onde são fundadas novas colônias no intuito de preservação de suas tradições culturais e também de fuga do invasor dórico.

Com o fim do domínio dórico, teremos a reconstrução da sociedade grega. Por volta do século VIII a.C., há um renascimento do comércio e uma tendência à formação de centros maiores ao redor da ágora², que conjugados com outros fatores, propiciaram o aparecimento da filosofia. Vamos analisar a conjuntura grega

² Praça das antigas cidades gregas, na qual se fazia o mercado e onde se reuniam, muitas vezes, as assembleias do povo. Local das transações comerciais e das discussões sobre a vida da cidade. É o nascimento da política que terá seu auge na Atenas de Péricles no século V a.C.

naquele período e, com isso, entender como se processou o contexto sociocultural que forjou os elementos necessários para tal nascimento.

Elementos Constitutivos

Ao identificar várias abordagens que culminaram na passagem do pensamento mítico para o pensamento racional, se torna necessário enfocar que tal mudança foi resultado de um processo muito lento e que cujas características do passado mítico não desapareceram por completo na nova abordagem do mundo. O surgimento da filosofia na Grécia segue com isso as mesmas premissas do desenrolar das conquistas humanas, culminando em um determinado momento, num processo que foi gerado através dos milênios e que gradativamente vai sobrepondo o anterior.

Religião/Comércio

Ao fazermos um paralelo com as outras culturas do mesmo período, iremos constatar que as civilizações, de modo geral, apresentavam algumas características antagônicas a grega. Nas demais culturas, existia uma classe sacerdotal dominante, detentora das verdades reveladas e que determinava o comportamento moral, político, e econômico do povo. A escrita somente é acessível aos escribas e aos iniciados, criando uma aura de mistério e proibição de acesso aos homens comuns. Com isso, com uma religião dogmática, que cerceava o livre pensamento, além de impedir a difusão e discussão de idéias, os habitantes ficavam dominados pela teocracia reinante, sendo a religião neste contexto, um instrumento de poder e de coerção a quaisquer manifestações contrárias ao poder do rei.

No caso das colônias jônicas, devido ao reflorescimento comercial nos séculos VIII e VII a.C., essas cidades se tornarão cosmopolitas, reinando um pluralismo cultural, com a presença de inúmeras línguas, tradições, culto e mitos. Nesta sociedade, dar-se-á uma progressiva secularização e a religião, apoiada no pensamento mítico, deixa de exercer papel preponderante, pois não atende mais as necessidades da nova organização social, mais preocupada com a realidade concreta, ou seja, a atividade mercantil. Isto torna a sociedade mais pragmática e em contrapartida, afasta as tradições míticas e religiosas.

Segundo Gustave Glotz,

(...) se o regime econômico da Grécia não tivesse sofrido uma transformação completa, iniciada no século VIII. Até então, as cidades não dispunham, por assim dizer, de recursos outros que os oriundos da agricultura e da criação de animais; pode-se dizer que a estes só acrescentavam o lucro auferido com trocas e pirataria. Mas sobrevém uma nova fase, em que os gregos se dispersam por todo o litoral do Mediterrâneo, em busca de novas terras e de novos clientes; entre as colônias e as metrópoles, circulavam incessantemente produtos agrícolas, matérias-primas e bens manufaturados; o comércio e a indústria adquirem um ritmo inusitado; perto dos portos de grande movimento, multiplicam-se as oficinas e organizam-se os mercados (1988: 84).

As cidades-estados da Jônia eram pequenas comparando em face dos padrões atuais, mas com uma qualidade de vida alta. As realizações artísticas, a prática comercial e organização constitucional, as colocavam na vanguarda do progresso humano. Durante séculos, puderam se desenvolver sem ameaças externas de um poder imperial estrangeiro. Sua posição geográfica era extremamente favorável ao comércio, estimulando com isso o contato com povos não-gregos. O fato de serem colonos fez com que não ficassem tão atrelados a tradição. Esta liberdade foi decisiva, como pré-requisito, para o progresso intelectual (LUCE, 1994).

Compreendendo esta diferença basilar, observa-se que nas colônias jônicas, a visão destituída de mistérios e arraigada a dogmas religiosos irão favorecer o livre pensamento e o debate das idéias.

A Escrita

Conforme descrito no item anterior, o domínio da escrita estava reservado aos privilegiados, aos sacerdotes e aos reis, sendo que, neste primeiro momento, era considerada mágica.

Na Grécia, a escrita surge por influência dos fenícios, que já utilizavam um alfabeto rudimentar, mas sem vogais. Esta escrita, diferente das sociedades orientais, se encontra suficientemente desligada de preocupações esotéricas ou religiosas.

Para compreender a importância do desenvolvimento do alfabeto grego, temos que nos ater a etimologia da palavra mito, que significa “palavra”, “o que se diz”. A palavra anterior da escrita está ligada a um suporte vivo que a pronuncia, repete e fixa o evento por meio da memória pessoal.

Entendido isso, compreendemos que a escrita, fixando a palavra e, consequentemente, o mundo além daquele que a proferiu, acaba criando uma nova dimensão na forma de entendimento do mundo destes homens. A escrita, diferente da fala, exige uma postura que estimula o rigor e a clareza na colocação das idéias. Com isso, se abrem os horizontes do pensamento do homem antigo, propiciando o distanciamento do vivido, o confronto das idéias e a ampliação da crítica, além da escrita contar com uma abstração maior do que a simples repetição oral, sendo esta uma forma de reflexão que irá modificar a própria estrutura do pensamento.

A Moeda

Concomitante ao empuxo dado no comércio, outro elemento que fez parte deste processo foi à criação da moeda. Ao final do século VII a.C., temos a invenção da moeda que irá desempenhar um papel revolucionário nas atividades mercantis, pois sua criação está vinculada ao nascimento do pensamento racional. Além de ser um metal valioso que se troca por qualquer mercadoria, “a moeda é um artifício racional, uma convenção humana, uma noção abstrata de valor (GLOTZ, 1988 e ARANHA E MARTINS, 1988). É o desenvolvimento da capacidade do pensamento de forma diferente.

A Lei

Tendo como expoentes iniciais, Drácon no século VII a.C. e no século posterior Sólon e Clístenes, que iram marcar uma nova era; a justiça, que estava atrelado ao poder rei ou da interpretação da vontade de Deus, sendo esta agora codificada numa legislação escrita. Uma mudança de profundo impacto, pois tais mudanças expressam o ideal igualitário, preparando assim a democracia nascente, que terá sua expressão máxima no século V a.C. em Atenas. O ideal igualitário será norma comum a todos, pois está sujeita à discussão e modificação. A lei agora traduz uma dimensão especificamente humana.

Dá-se início a formação da pólis calcada sobre uma base nova. A antiga organização tribal é substituída por uma nova organização administrativa que não será mais baseada na consangüinidade. Tal mudança propicia a unificação do corpo social, abolindo a anterior hierarquia fundamentada no poder da aristocracia das famílias.

A Pólis

“Comunidade urbana à qual convém dar uma constituição que será a politéia; a palavra pólis pode significar Estado, pois cada cidade grega constituía um Estado” (GORBY, 2007).

O helenista Jean-Pierre Vernant identificou o nascimento da pólis (cidade-estado grega) como um acontecimento decisivo. Em seu entendimento,

A pólis conhecerá etapas múltiplas e formas variadas. Entretanto, desde o seu advento, que se pode situar entre os séculos VIII e VII a.C., marca um começo, uma verdadeira invenção; por ela, a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade será plenamente sentida pelos gregos. (VERNANT, 1984: 34).

A originalidade da pólis está focada na *agorá*, praça pública, espaço onde os problemas de interesse comum são debatidos. Tem-se com isso a dicotomia do espaço de domínio público e de domínio privado. A representatividade do fato repercute que, anteriormente, os assuntos de estado estavam restritos a grupos privilegiados em função do sangue e com a nova concepção, o ideal de justiça perpassa que todo cidadão tem direito ao poder. Esta nova noção de justiça assume caráter político e não apenas moral, ou seja, não se reporta apenas ao indivíduo e aos interesses da tradição familiar, mas se refere a sua atuação na comunidade.

Na pólis, a palavra terá autonomia, não mais pela palavra mágica dos mitos, mas a palavra comum a todos, a palavra humana, com direito ao conflito, a discussão e a argumentação. A expressão da individualidade por meio do debate engendra a política e com isso, liberta o homem dos desígnios divinos, ofertando a este mesmo homem, a oportunidade de tecer ele próprio o seu destino na praça pública. O saber não está mais sacralizado, sem possibilidade de debate e passa, nesse momento, a ser objeto de discussão. A instauração dessa ordem humana dá origem ao cidadão da pólis, figura inexistente no mundo coletivista da comunidade tribal.

Já o helenista J.V.Luce caracteriza a pólis da seguinte maneira,

Nada parecido com a pólis – uso um termo grego para uma criação tipicamente grega – tinha sido visto no mundo anteriormente. Em sua forma exterior, ela era o centro fortificado de um pequeno Estado independente, mas em espírito tratava-se de uma comunidade de cidadãos livres associando-se livremente sob uma constituição por eles mesmos idealizada. (1994: 16/17).

A igualdade jurídica de todos os que participam do Estado irá fazer com que os cidadãos se concebem no plano político, como unidades permutáveis no interior

de um sistema cuja lei é o equilíbrio, cuja norma é a igualdade. Os homens se verão como “isoi”, iguais, criando o conceito de isonomia; igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder (VERNANT, 1984).

O que torna a pólis tão original é a mutação do ideal político e o surgimento de uma nova concepção de poder.

O Nascimento da Filosofia

Os gregos perceberam que a liberdade política só poderia ser alcançada sob o domínio da Lei, e o desenvolvimento da alfabetização a partir do século VIII a.C. lhes deu uma importante ferramenta para atingirem seus objetivos. Os legisladores foram figuras-chaves na evolução da pólis através do mundo grego, e as leis por eles promulgadas foram publicadas em forma escrita acessível a todos os cidadãos.

A confluência de todos os fatores conjugados descritos acima foi mais intensa na grande cidade portuária de Mileto. Fundadora de numerosas colônias, principalmente nas regiões ao norte do mar Negro, Mileto era um centro manufatureiro importante e também um empório de produtos da Anatólia e do mar Egeu. Foi em Mileto que nas primeiras décadas do século VI a.C. o pensamento sobre o mundo se esforçou por sair de seu casulo de mito e fábula e começou a experimentar suas asas no ar livre da especulação filosófica.

A cidade de Mileto, portanto, devido ao preenchimento das condições necessárias, foi o berço do nascimento da filosofia e teve como precursor Tales.

Tales de Mileto (625-545)

Considerado por Aristóteles como o “fundador da filosofia natural”, Tales foi um homem público, exercendo atividades políticas no século VI a.C.. Entre os seus feitos o que mais chama a atenção é a previsão do eclipse. A data do eclipse foi determinada sendo 28 de maio de 585 a.C., data marcante para a ciência. Calculado através do chamado ciclo de Samos que se estende por períodos de dezoito anos. Tales, conforme se apregoa, viu o eclipse no Egito em 603 e pode com isso prever o outro após um ciclo de 223 meses lunares. O que torna de tão especial o fato? Acordo Luce, ele afirme que:

Tales estava depositando sua confiança na uniformidade da natureza, uma confiança indubitavelmente baseada em suas próprias observações astronômicas, tanto quanto nas de outras

peçoas. Ele observou um padrão regular subjacente à ocorrência de eclipses, e deve ter aceitado que eles dependem dos movimentos ordenados dos corpos celestes, e não da mão caprichosa e imprevisível vontade de um deus. Esta foi uma mudança de atitude que marcou época. (1994: 20).

Depois disso, ele elege a água como elemento primordial, de onde tudo se forma e origina. No caso em questão, não vem ao caso sobre sua assertiva, mas sim que a originalidade de Tales está em se livrar de todos os ornamentos mitológicos e em usar a água para proporcionar explicações para eventos naturais. O avanço desta descoberta intelectual marcou um decisivo momento em comparação com todas as especulações registradas acerca da origem e natureza do mundo.

Com isso, toda uma nova postura de concepção de visão de mundo nasce, tendo em Tales o precursor de tal movimento. Diante das condições necessárias apresentadas foi possível o nascedouro da filosofia em Mileto e posteriormente no mundo grego, tornando-se base do pensamento ocidental que permanece até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das primeiras necessidades da mente humana foi a de formular hipóteses sobre a criação do universo. Todas as culturas e povos se deixaram embevecer pelos mais diversos enredos elaborados pela mente humana na tentativa de solver a necessidade de se explicar a origem de tudo. No nascedouro da razão humana, o aguçar da visão dedutiva conseguiu suplantar a deficiência do conhecimento e a impossibilidade de se efetuar qualquer tipo de pesquisa instrumental, criando com isso, as primitivas teorias cosmogônicas num ambiente cercado de magia e mistério, hoje observados com desdém aos olhos da razão científica.

A premissa central e inata do homem foi a de perquirir na origem e na constituição do Universo a existência de Deus ou Deuses criadores e organizadores. A noção de um ser supremo que a tudo gerava nasceu de uma lógica espontânea, brotando da mente humana primitiva e formulando respostas condizentes ao grau de entendimento possível ao homem da época. Com isso, os mitos cosmogônicos serviram adequadamente aos pensadores de todos os tempos e culturas como únicas hipóteses plausíveis, acalmando-lhes as dúvidas que o assolavam diante da imensidão cósmica.

À medida que o homem aumenta seu entendimento, as preocupações iniciais são deixadas de lado e levam à elaboração de uma cosmologia voltada na busca da racionalidade do universo, procurando o *arché*, o elemento constitutivo de todas as coisas.

A Jônia, através da reunião de vários elementos conjugados num mesmo período histórico, verificados no transcurso do trabalho, propiciou o nascedouro da filosofia tal como a entendemos hoje. Graças a este entrelaçamento conjugado foi possível o desabrochar de uma nova postura de entendimento do homem frente ao mundo que o cerceia e de suas formas de relação com este mesmo ambiente

Para finalizar transcrevo as palavras de Karl Popper;

“O que é novo na filosofia grega, o que é acrescentado de novo a tudo isso, parece-me consistir não tanto na substituição dos mitos por algo de mais “científico”, mas sim em uma nova atitude em relação aos mitos. Parece-me meramente uma consequência dessa nova atitude o fato de que seu caráter começa então a mudar.

A nova atitude que tenho em mente é a atitude crítica. Em lugar de uma transmissão dogmática da doutrina (na qual todo o interesse consiste em preservar a tradição autêntica) encontramos uma tradição crítica da doutrina. Algumas pessoas começam a fazer perguntas a respeito da doutrina, duvidam de sua veracidade, de sua verdade.

A dúvida e a crítica existiram certamente antes disso. O que é novo, porém, é que a dúvida e a crítica tornam-se agora, por sua vez, parte da tradição da escola. Uma tradição de caráter superior a preservação tradicional do dogma. Em lugar da teoria tradicional, do mito, encontramos a tradição das teorias que criticam, que em si mesmas, de início, pouco mais são do que mitos. É apenas no decorrer dessa discussão crítica que a observação é adotada como uma testemunha.

Não pode ser por mero acidente que Anaximandro, discípulo de Tales, desenvolveu uma teoria que diverge explícita e conscientemente da de seu mestre, e que Anaxímenes, discípulo de Anaximandro, tenha divergido de modo igualmente consciente da doutrina de seu mestre. A única explicação parece ser a de que o próprio fundador da escola tenha desafiado seus discípulos a criticarem sua teoria e que eles tenham transformado esta nova atitude crítica de seu mestre em uma nova tradição.” (1974, apêndice)

Com estas palavras, encerramos sabedor que o conhecimento é construído paulatinamente e passível de ser revisto quando da existência de novas evidências.

BIBLIOGRAFIA

BACHELARD, Gaston. *A formação do Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BERKELEY, George. *Princípios do Conhecimento Humano*. São Paulo: Escala, 2006.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DURANT, Will. *A História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, col. "Debates", nº52, 1994.

FERREIRA, João Vicente. *Filosofia e Ética*. São Paulo: Pearson Education, 2009.

GLOTZ, Gustave. *A Cidade Grega*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

GOBRY, Ivan. *Vocabulário grego da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GUSDORF, Georges. *Mito e Metafísica*. São Paulo: Convívio, 1980.

HESÍODO. *TEOGONIA, A Origem dos Deuses*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

KARL, Popper. *O Balde e o Holofote*. In *Conhecimento Objetivo*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974.

LUCE, J.V. *Curso de Filosofia Grega – Do séc VI. a.C. ao séc III d.C.* Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MARTINS, Maria Helena e ARANHA, Maria Lúcia. *Filosofando – introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1988.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 1984.